



REFLEXÃO SOBRE MEDIDAS MACROPRUDENCIAIS E SEU EFEITO NO CRÉDITO A ECONOMIA E NAS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO DE MÉDIO PRAZO

UMA ABORDAGEM NARRATIVA

Após a crise financeira internacional de 2008/2009 que abalou o sistema financeiro mundial e grande parte do sector produtivo das economias ocidentais, tem se verificado uma tendência, a nível global, de adopção de medidas de política macroprudencial pelos Bancos Centrais de vários países com o objectivo de assegurar a resiliência do sistema financeiro a riscos financeiros sistémicos e choques económicos imprevisíveis. Todavia, conforme tem sido discutido na literatura financeira moderna, embora seja crucial para assegurar a estabilidade financeira, a política macroprudencial pode afectar o crédito ao sector privado e o desempenho da economia a médio e longo prazo, sendo que de acordo com alguns autores, esta política pode até certo ponto ser contraproducente tendo em conta os objectivos privilegiados pelo Banco Central na condução da política monetária.

A literatura empírica sobre esta temática é ainda escassa, contudo, os estudos já realizados são unânimes em considerar que uma maior rigidez no ambiente regulatório reduz o apetite da banca comercial em conceder crédito ao sector privado e pode ter implicações para o crescimento e desenvolvimento da economia. Um exemplo é o estudo realizado por Furfine (2000) que através de um modelo de dinâmica estrutural adaptado para a economia dos EUA, constatou que um aumento da exigência de capital bancário em 1 ponto percentual resulta numa redução do crédito a economia em 5.5%. Por conta disso, a principal preocupação dos economistas e fazedores de políticas económicas tem sido a optimização do objectivo de estabilidade financeira através da adopção de medidas de supervisão prudencial e disciplina de mercado adequadas ao contexto económico doméstico e ao curso que a política monetária deve seguir sem prejuízo do funcionamento adequado do sistema financeiro e do volume de crédito ao sector privado.

Embora não seja suficientemente ostensível, este debate tem vindo a suscitar interesse cada vez crescente nas economias emergentes e subdesenvolvidas que nos últimos tempos tem vindo a adoptar medidas de supervisão macroprudencial e de disciplina de mercado mais rígidas para fazer face aos desafios internos da economia e assegurar a conformidade do país com os padrões internacionais do Basileia I e II.

No caso de Moçambique, com a reestruturação do quadro da política monetária e a reconfiguração da postura do Banco Central no mercado financeiro iniciada em Abril de 2017 com a introdução da taxa MIMO e do acordo do Indexante Único, o Banco de Moçambique tem vindo a introduzir um conjunto de medidas de supervisão macroprudencial e de disciplina de mercado com o fito de garantir a estabilidade do sistema financeiro e criar um ambiente regulatório favorável a condução da política monetária e a prossecução do seu desígnio primordial, a estabilidade do nível geral de preços. Todavia, conforme tem sido discutido na literatura, a postura actual do Banco de Moçambique pode até certo ponto afectar o volume de crédito a economia e embaraçar as perspectivas de crescimento económico de médio e longo prazo.

Uma avaliação realizada recentemente pela equipe técnica do Pelouro da Política Financeira da CTA junto dos bancos comerciais sobre o efeito das medidas de política macroprudencial do Banco de Moçambique no desempenho do sector bancário, sugere que de forma geral o ambiente regulatório no sistema financeiro tem se tornado cada vez mais exigente e rígido e tem estado a afectar o volume de crédito ao sector produtivo. Embora não tenha sido possível obter os indicadores financeiros que atestam este facto, ficou evidente através das entrevistas realizadas, que com as novas exigências do Banco Central a estrutura de custo dos bancos aumentou e a avaliação de risco de crédito tem se tornado mais rígida.

Considerando que em Moçambique, a semelhança das outras economias em desenvolvimento, a intermediação financeira continua sendo o principal mecanismo de financiamento ao sector privado dado que as alternativas existentes são bastante limitadas e pouco inclusivas, esta provável contracção do volume de crédito a economia decorrente das novas medidas prudenciais do Banco de Moçambique constitui um problema enorme para o sector privado. Isto é, uma vez que a dificuldade de acesso ao financiamento é uma característica histórica da economia moçambicana, com esta nova postura do Banco Central é provável que o apetite dos bancos comerciais em conceder crédito as empresas moçambicanas tende a baixar cada vez mais afectando desta forma o nível de actividade económica e o desempenho da economia a médio e longo prazo.

Neste contexto, recomenda-se que as medidas macroprudenciais sejam menos rígidas tendo em conta a conjuntura económica actual do país que tem sido marcada por uma necessidade cada vez crescente do crédito ao sector privado para sustentar a recuperação da economia moçambicana e reconstrução da base produtiva do país. Isto é, apesar de deterioração dos indicadores macroeconómicos e da crise económico-financeira que se vive desde 2015, o país foi recentemente assolado por dois choques climáticos (IDAI e Kenneth) que afectaram grande parte do tecido empresarial da zona centro e norte do país. Pelo que, sem descurar a necessidade de reforçar o ambiente regulatório e induzir uma maior disciplina no mercado financeiro, que tem sido caracterizado por irregularidades financeiras e artifícios especulativos ilegais, recomenda-se que o Banco de Moçambique adopte medidas regulatórias que não sejam demasiadamente ofuscantes para a banca comercial de modo a evitar esta tendência de redução do volume de crédito ao sector privado e comprometer a recuperação da economia moçambicana.

Por: Roque Magaia

Junho de 2019